ISSN: 2358-8829

ADOLESCÊNCIA, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO EMOCIONAL: INFLUÊNCIAS SOCIOESPACIAIS NA SAÚDE MENTAL E NOS COMPORTAMENTOS JUVENIS

Júlio César Pereira de Lima [1]
Anália Regina dos Santos Felix [2]
Lívia Helena Monteiro de Assis [3]

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano caracterizada por transformações física, cognitivas, emocionais e sociais que influenciam a construção da identidade, a autonomia e as relações interpessoais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020; UNICEF, 2018). Nesse período, as experiências vivenciadas nos diferentes espaços de convivência assumem papel importante na formação dos sujeitos, especialmente no ambiente familiar, na comunidade e na escola (UNICEF, 2018). Por essa razão, compreender o desenvolvimento dos adolescentes exige considerar não apenas os aspectos individuais, mas também as condições sociais e territoriais que atravessam suas experiências cotidianas. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, constitui uma importante fonte de informações sobre as condições de saúde, o bem-estar e os fatores de risco e proteção relacionados aos adolescentes matriculados nas escolas brasileiras. (IBGE, 2021).

Nessa perspectiva, o território constitui uma categoria fundamental para compreender as relações entre sociedade, espaço e desenvolvimento humano. Para Santos (1996), o espaço geográfico não pode ser entendido apenas como uma dimensão física, pois envolve a articulação entre objetos, ações e relações sociais historicamente construídas. Essa compreensão permite reconhecer que os adolescentes vivenciam realidades distintas, marcadas por diferentes condições de moradia, mobilidade, segurança, acesso aos serviços públicos, oportunidades de lazer e convivência comunitária. Assim, as desigualdades

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, julio.cplima@ufpe.br;
[2] Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, analia.felix@ufpe.br;
[3] Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, livia.helena@ufpe.br;

ISSN: 2358-8829

socioespaciais podem interferir nas experiências cotidianas dos jovens, influenciando suas possibilidades de participação social, aprendizagem e construção de vínculos.

Essas condições também precisam ser consideradas nas discussões sobre saúde mental e comportamento escolar. Situações como exposição à violência, insegurança no trajeto entre a residência e a escola, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e fragilidade das redes de apoio podem representar desafios adicionais ao bem-estar dos adolescentes. Isso não significa que jovens residentes em territórios vulnerabilizados apresentem necessariamente dificuldades emocionais ou comportamentais, mas que suas condições de vida devem ser consideradas na análise das experiências escolares. Nesse sentido, o Ministério da Saúde reconhece a importância da articulação entre educação e saúde por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), que busca contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes e contempla ações de promoção da saúde mental e prevenção das violências (BRASIL, 2007; BRASIL, 2025).

No campo educacional, essa discussão aproxima-se das contribuições de Vygotsky (1998), cuja perspectiva histórico-cultural compreende o desenvolvimento humano a partir das relações sociais e dos processos de interação mediados pela cultura. Sob esse entendimento, a aprendizagem e o desenvolvimento dos adolescentes não ocorrem de maneira isolada, mas estão relacionados às experiências e às interações estabelecidas nos contextos em que vivem. De forma complementar, Freire (1996) defende uma prática educativa que reconheça os conhecimentos, as experiências e a realidade concreta dos educandos. Essas contribuições permitem refletir sobre a importância de uma escola que considere as particularidades dos estudantes, evitando interpretar suas dificuldades de aprendizagens ou seus comportamentos sem levar em conta as condições sociais e relacionais que participam de sua formação.

Diante disso, a Educação Emocional constitui uma perspectiva relevante para pensar práticas pedagógicas que valorizem o reconhecimento das emoções, o diálogo, a empatia, a convivência e a resolução de conflitos. Ao incorporar essas dimensões ao cotidiano escolar, a educação pode contribuir para a construção de relações mais respeitosas e de ambientes de aprendizagem acolhedores. Entretanto, tais práticas não devem responsabilizar exclusivamente os estudantes pela gestão de suas emoções, desconsiderando as desigualdades e as situações de vulnerabilidade presentes em suas trajetórias. Torna-se necessário, portanto, compreender o bem-estar emocional em articulação com as condições territoriais, as relações sociais e as possibilidades de apoio oferecidas pela escola, pela família e pelas políticas públicas.

ISSN: 2358-8829

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar como o território, compreendido a partir de suas dimensões sociais, espaciais e relacionais, influencia o desenvolvimento dos adolescentes e se relaciona com seus comportamentos no ambiente escolar. Para alcançar esse propósito, desenvolve-se uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em contribuições teóricas dos campos da Geografia e da Educação, especialmente nas reflexões de Milton Santos, Lev Vygotsky e Paulo Freire, em diálogo com publicações e documentos brasileiros relacionados à adolescência, à saúde mental e à educação. A discussão busca compreender de que maneira as desigualdades socioespaciais e as experiências vivenciadas pelos jovens podem repercutir na aprendizagem, nas relações interpessoais e na convivência escolar.

A relevância deste trabalho reside na necessidade de ampliar a compreensão sobre os fatores que atravessam a experiência escolar dos adolescentes, contribuindo para que suas atitudes e dificuldades não sejam analisadas de forma isolada ou exclusivamente individual. A articulação entre território, desenvolvimento humano e Educação Emocional permite refletir sobre práticas pedagógicas mais sensíveis às realidades dos estudantes e sobre a importância da atuação conjunta entre escola, família, comunidade e serviços públicos. Parte-se, portanto, do entendimento de que reconhecer o contexto territorial dos adolescentes é fundamental para construir estratégias educativas comprometidas com o acolhimento, a inclusão e a promoção do bem-estar. Espera-se, assim, contribuir para o debate sobre uma educação que integre as dimensões sociais, espaciais e emocionais do desenvolvimento juvenil, reconhecendo a escola como um espaço importante de aprendizagem, convivência e fortalecimento de vínculos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico, desenvolvido com o objetivo de compreender as relações entre território, desenvolvimento dos adolescentes, saúde mental e comportamentos no ambiente escolar. A abordagem qualitativa permite interpretar fenômenos sociais e educacionais considerando suas particularidades, seus significados e as relações estabelecidas entre os sujeitos e os contextos em que estão inseridos. Já a pesquisa bibliográfica possibilita o diálogo com conhecimentos previamente produzidos, contribuindo para a fundamentação teórica e a análise do tema investigado (GIL, 2023).

O desenvolvimento do trabalho fundamentou-se na leitura e na articulação de contribuições teóricas dos campos da Geografia e da Educação, considerando também

ISSN: 2358-8829

discussões relacionadas à adolescência, à saúde mental e às relações escolares. Nesse percurso, foram consideradas as reflexões de Milton Santos sobre o espaço geográfico e as desigualdades socioespaciais, de Lev Vygotsky acerca da importância das interações sociais para o desenvolvimento humano e de Paulo Freire sobre a valorização da realidade vivida pelos educandos no processo educativo. Essas perspectivas foram relacionadas ao debate sobre Educação Emocional, buscando ampliar a compreensão dos fatores sociais, espaciais e relacionais que atravessam as experiências dos adolescentes.

A análise foi desenvolvida por meio da interpretação e da articulação das ideias presentes nas referências consultadas, buscando identificar aproximações entre as condições territoriais, as experiências juvenis e os desafios vivenciados no ambiente escolar. Para organizar a discussão, foram considerados três eixos principais: as desigualdades socioespaciais e suas relações com as condições de vida dos adolescentes; as interações sociais, a saúde mental e os comportamentos no contexto escolar; e as contribuições da Educação Emocional para a construção de práticas pedagógicas sensíveis às diferentes realidades dos estudantes.

Por se tratar de um estudo bibliográfico, a investigação não envolveu a realização de entrevistas, a aplicação de questionários ou a coleta direta de dados com estudantes. Desse modo, as discussões e as conclusões foram construídas a partir da interpretação crítica das contribuições teóricas mobilizadas ao longo do trabalho. Esse procedimento permitiu refletir sobre a importância de considerar o território como dimensão relevante para a compreensão do desenvolvimento juvenil, ressaltando a necessidade de práticas educativas que articulem as dimensões sociais, emocionais e espaciais da experiência dos adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Território e Desigualdades Socioespaciais na compreensão da Adolescência

Compreender a adolescência a partir de uma perspectiva territorial exige reconhecer que os sujeitos constroem suas experiências em espaços marcados por diferentes condições sociais, econômicas e culturais. O território não corresponde apenas à área geográfica em que uma população reside, mas envolve relações de poder, formas de apropriação do espaço, circulação de pessoas e acesso desigual aos recursos e serviços disponíveis. Nesse sentido, a Geografia oferece contribuições importantes para analisar como as condições de vida e as características dos lugares participam da formação das experiências juvenis.

ISSN: 2358-8829

Milton Santos (1996), ao discutir o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, demonstra que o espaço deve ser compreendido a partir das relações entre seus elementos materiais e as práticas sociais que nele se desenvolvem. Essa perspectiva permite ultrapassar uma interpretação exclusivamente física do território, considerando as relações econômicas, políticas e sociais que condicionam as possibilidades de uso e apropriação do espaço. Aplicada à realidade dos adolescentes, essa compreensão evidencia que as experiências juvenis são construídas em contextos territoriais distintos, nos quais o acesso à educação, à saúde, ao lazer, à mobilidade e à segurança pode ocorrer de maneira desigual.

Santos e Silveira (2001) também contribuem para essa discussão ao analisarem a organização do território brasileiro e as desigualdades relacionadas à distribuição dos recursos, das atividades econômicas e das infraestruturas. Essas diferenças ajudam a compreender por que adolescentes de uma mesma faixa etária podem vivenciar oportunidades e desafios bastante distintos. Enquanto alguns dispõem de espaços de convivência, equipamentos culturais, serviços de saúde e condições favoráveis de deslocamento, outros enfrentam limitações que dificultam a participação em atividades educativas, culturais e comunitárias.

É importante destacar, entretanto, que a vulnerabilidade socioespacial não determina, de maneira automática, o desenvolvimento ou o comportamento dos adolescentes. As condições territoriais podem ampliar a exposição a determinadas situações de risco, mas seus efeitos dependem também das relações familiares, dos vínculos comunitários, das experiências individuais e das redes de apoio disponíveis. Assim, o território deve ser entendido como uma dimensão que participa da construção das experiências juvenis, sem reduzir os sujeitos às dificuldades existentes nos lugares em que vivem.

Essa discussão também contribui para compreender a escola como parte integrante do território. A instituição escolar recebe estudantes cujas trajetórias são atravessadas por diferentes condições de moradia, deslocamento, convivência e acesso a direitos. Por isso, interpretar as experiências escolares exige considerar as relações entre o espaço vivido pelos estudantes e as condições concretas em que a aprendizagem acontece. A articulação entre Geografia e Educação possibilita, desse modo, uma leitura mais ampla das desigualdades que atravessam a adolescência e suas manifestações no cotidiano escolar.

Adolescência, desenvolvimento humano e saúde mental

ISSN: 2358-8829

A adolescência é uma etapa marcada por transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais que influenciam a construção da identidade, a autonomia e as relações interpessoais. Essas experiências são atravessadas pelos contextos familiares, escolares e comunitários, tornando necessário compreender o desenvolvimento juvenil para além dos aspectos individuais.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998) contribui para essa compreensão ao destacar a importância das interações sociais e da mediação cultural no desenvolvimento humano. Nessa abordagem, a aprendizagem e o desenvolvimento são construídos nas relações estabelecidas com outras pessoas e com o meio social. Dessa forma, as experiências vivenciadas na família, na escola e na comunidade participam da formação dos adolescentes e de suas maneiras de compreender o mundo.

No que se refere à saúde mental, é importante considerar a relação entre fatores individuais, sociais e territoriais. A exposição à violência, as dificuldades de acesso aos serviços públicos e a fragilidade das redes de apoio podem representar desafios ao bem-estar dos jovens. Entretanto, essas condições não determinam os comportamentos dos adolescentes, uma vez que os vínculos afetivos, o apoio familiar e as relações positivas na escola também podem contribuir para sua proteção. Assim, compreender a saúde mental na adolescência exige considerar tanto as situações de vulnerabilidade quanto às condições que favorecem o desenvolvimento e o bem-estar (IBGE, 2021).

Escola, realidade vivida e comportamento dos adolescentes

A escola constitui um espaço de aprendizagem, socialização e construção de vínculos, mas as experiências dos estudantes nesse ambiente também são influenciadas pelas condições sociais e territoriais em que vivem. Dificuldades de aprendizagem, desmotivação e conflitos interpessoais, por exemplo, precisam ser analisados considerando diferentes fatores, evitando interpretações que atribuam esses comportamentos exclusivamente à falta de interesse ou à responsabilidade individual dos adolescentes.

Nesse sentido, Freire (1996) destaca a importância de uma prática educativa que reconheça os conhecimentos, as experiências e a realidade vivida pelos educandos. Essa perspectiva contribui para compreender que o processo de ensino e aprendizagem deve considerar as condições concretas dos estudantes, valorizando o diálogo e a participação. De maneira complementar, Vygotsky (1998) evidencia a importância das interações sociais para o desenvolvimento humano, reforçando o papel das relações estabelecidas no cotidiano escolar.

ISSN: 2358-8829

Dessa forma, compreender os comportamentos dos adolescentes exige considerar suas trajetórias e os contextos em que estão inseridos. Essa abordagem não significa desconsiderar as regras e a responsabilidade individual, mas reconhecer que o diálogo, o acolhimento e a mediação de conflitos podem contribuir para relações escolares mais respeitosas e para práticas pedagógicas sensíveis às diferentes realidades dos estudantes.

Educação Emocional e práticas pedagógicas sensíveis ao território

A Educação Emocional contribui para a reflexão sobre práticas pedagógicas que valorizem o reconhecimento das emoções, a empatia, a comunicação e a resolução de conflitos. No ambiente escolar, essas dimensões podem favorecer a convivência, fortalecer os vínculos entre estudantes e professores e ampliar as possibilidades de participação dos adolescentes.

A discussão sobre competências socioemocionais também está presente na produção científica brasileira. Brantes e Gondim (2025), em uma revisão sistemática sobre competências socioemocionais no ensino fundamental, identificaram a presença de temas como regulação emocional, percepção das emoções e interação social na literatura analisada. Essas discussões reforçam a relevância das competências socioemocionais para o debate educacional, sem desconsiderar as particularidades dos diferentes contextos escolares.

Entretanto, o desenvolvimento dessas competências não deve ser tratado como responsabilidade exclusiva dos estudantes. É necessário que a escola ofereça condições de acolhimento, diálogo e respeito, considerando as situações sociais e territoriais que atravessam as experiências juvenis. A partir das contribuições de Freire (1996) e Vygotsky (1998), compreende-se que a aprendizagem e a convivência são construídas nas relações sociais, o que reforça a importância de práticas pedagógicas participativas e contextualizadas.

Assim, articular Educação Emocional e Território significa reconhecer que o bem-estar dos adolescentes está relacionado tanto às suas experiências individuais quanto às condições de vida e às relações estabelecidas nos espaços em que circulam. Essa compreensão pode contribuir para uma atuação escolar mais sensível às necessidades dos estudantes, fortalecendo o diálogo entre escola, família e comunidade na promoção de uma educação inclusiva e comprometida com o desenvolvimento juvenil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

O território como elemento de diferenciação das experiências juvenis

A análise das contribuições teóricas evidencia que o território é importante para compreender as experiências dos adolescentes e suas relações com o ambiente escolar. Para Santos (1996), o espaço geográfico resulta da articulação entre elementos materiais e ações sociais, permitindo compreender como as condições de moradia, mobilidade, segurança e acesso aos serviços influenciam as oportunidades de desenvolvimento e participação social.

Nesse sentido, adolescentes que vivem em diferentes contextos territoriais podem enfrentar oportunidades e desafios distintos. A disponibilidade de espaços de lazer, equipamentos culturais e serviços públicos, por exemplo, interfere nas possibilidades de convivência e acesso a direitos. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2024, divulgada pelo IBGE em 2026, apresenta informações sobre saúde, segurança, violência e ambiente escolar, contribuindo para compreender a diversidade das experiências juvenis brasileiras (IBGE, 2026).

Essas condições não determinam o desenvolvimento dos jovens, mas podem ampliar ou reduzir suas oportunidades. Assim, compreender as experiências escolares exige considerar as desigualdades socioespaciais e suas relações com as trajetórias dos estudantes, evitando atribuir suas dificuldades exclusivamente a fatores individuais.

Saúde mental, vulnerabilidade social e relações interpessoais

A saúde mental dos adolescentes está relacionada a fatores individuais, familiares, sociais e territoriais. Situações de violência, discriminação, insegurança e fragilidade das redes de apoio podem representar desafios ao bem-estar emocional, embora seus efeitos variem conforme as experiências e as condições de proteção disponíveis.

Dados da PeNSE 2024 indicam que 28,9% dos estudantes brasileiros de 13 a 17 anos relataram sentir tristeza na maioria das vezes ou sempre nos 30 dias anteriores à pesquisa (IBGE, 2026). Esse indicador reforça a relevância do tema, mas não constitui, isoladamente, um diagnóstico de transtorno mental nem comprova uma relação causal com as condições territoriais.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998) contribui para compreender a importância das interações sociais no desenvolvimento humano. Nesse sentido, relações de acolhimento e respeito podem favorecer o pertencimento, enquanto experiências de rejeição e violência podem comprometer a convivência. Portanto, comportamentos como isolamento,

ISSN: 2358-8829

desmotivação e conflitos escolares devem ser analisados considerando diferentes circunstâncias, sem estigmatizar os adolescentes.

Território, aprendizagem e convivência no ambiente escolar

A escola constitui um espaço de aprendizagem e socialização, mas as experiências dos estudantes também são influenciadas pelas condições de vida fora da instituição. Dificuldades de deslocamento, insegurança e limitações de acesso a recursos podem interferir na participação escolar, tornando importante compreender os desafios dos adolescentes de maneira contextualizada.

Freire (1996) destaca a importância de uma educação que reconheça a realidade vivida pelos educandos e valorize o diálogo. Essa perspectiva permite questionar interpretações que atribuem dificuldades de aprendizagem e conflitos exclusivamente à falta de interesse ou à indisciplina, desconsiderando as trajetórias dos estudantes.

A PeNSE 2024 também identificou diferenças entre as redes de ensino na oferta de algum tipo de suporte psicológico para situações de bullying e violência: o percentual foi de 45,8% nas escolas públicas e de 58,2% nas privadas (IBGE, 2026). Embora esses dados não permitam avaliar a qualidade ou a efetividade do atendimento, evidenciam a importância de discutir as condições institucionais de acolhimento e enfrentamento da violência.

Dessa forma, a escola pode contribuir para uma convivência mais respeitosa por meio do diálogo, da mediação de conflitos e da articulação com as famílias e os serviços públicos, reconhecendo que a aprendizagem envolve também as condições sociais e relacionais dos estudantes.

Educação Emocional e possibilidades de intervenção pedagógica

A Educação Emocional pode contribuir para práticas pedagógicas que valorizem o reconhecimento das emoções, a empatia, a comunicação e a resolução de conflitos. Brantes e Gondim (2025) identificaram, em sua revisão sistemática sobre competências socioemocionais no ensino fundamental, discussões relacionadas à regulação emocional, à percepção das emoções e à interação social.

Essas contribuições dialogam com Freire (1996) e Vygotsky (1998), ao reforçarem a importância do diálogo e das interações sociais nos processos educativos. Na escola,

ISSN: 2358-8829

atividades cooperativas, rodas de conversa e estratégias de mediação de conflitos podem favorecer a participação dos adolescentes e fortalecer as relações interpessoais.

Entretanto, a Educação Emocional não deve responsabilizar exclusivamente os estudantes pelo próprio bem-estar. É necessário considerar as desigualdades territoriais e as condições institucionais que influenciam suas experiências. Nesse contexto, o Programa Saúde na Escola, instituído pelo Decreto nº 6.286/2007, constitui uma referência para a articulação entre educação e saúde na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes (BRASIL, 2007).

Assim, a Educação Emocional pode integrar um conjunto de estratégias de acolhimento e prevenção, desde que articulada à realidade dos estudantes, à atuação dos profissionais e às redes de apoio disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar como o território, compreendido a partir de suas dimensões sociais, espaciais e relacionais, influencia o desenvolvimento dos adolescentes e se relaciona com seus comportamentos no ambiente escolar. A partir da análise bibliográfica, foi possível compreender que as experiências juvenis não podem ser interpretadas considerando apenas características individuais, uma vez que também são atravessadas pelas condições de vida, pelas relações sociais e pelas oportunidades existentes nos espaços em que os estudantes vivem e circulam.

As discussões evidenciaram que as desigualdades socioespaciais, as dificuldades de acesso aos serviços públicos, a exposição à violência e a fragilidade das redes de apoio podem representar desafios ao bem-estar emocional, à aprendizagem e à convivência escolar. Entretanto, esses fatores não determinam o comportamento dos adolescentes, sendo necessário considerar também as relações familiares, os vínculos comunitários e as experiências positivas construídas no ambiente escolar.

Nesse contexto, destaca-se a importância de práticas pedagógicas que reconheçam a realidade dos estudantes e valorizem o diálogo, o acolhimento e a mediação de conflitos. A Educação Emocional apresenta-se como uma possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de relações interpessoais mais respeitosas e para a construção de ambientes escolares inclusivos. Contudo, suas ações precisam estar articuladas às condições sociais e territoriais dos adolescentes, sem atribuir exclusivamente a eles a responsabilidade por suas dificuldades emocionais ou comportamentais.

ISSN: 2358-8829

Conclui-se, portanto, que compreender a adolescência exige uma abordagem integrada entre território, desenvolvimento humano, saúde mental e educação. A escola, embora não possa solucionar isoladamente as desigualdades sociais, possui um papel importante na promoção do bem-estar dos estudantes, especialmente quando estabelece parcerias com as famílias, a comunidade e os serviços públicos. Dessa forma, reconhecer o território como elemento relevante para a compreensão das experiências juvenis pode contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas mais contextualizadas, acolhedoras e comprometidas com a inclusão e a formação integral dos estudantes.

Por fim, ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, as reflexões apresentadas estão fundamentadas nas contribuições teóricas e documentais analisadas, não permitindo estabelecer relações causais definidas entre território e comportamento escolar. Nesse sentido, estudos futuros, especialmente aqueles que considerem as experiências dos próprios adolescentes e as particularidades de diferentes contextos territoriais, poderão ampliar a compreensão sobre essa relação e contribuir para o aprimoramento das práticas educativas.

Palavras-chave: Juventude, Vulnerabilidade, Desenvolvimento Humano, Território.

REFERÊNCIAS

BRANTES, Carolina dos Anjos Almeida; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Competências socioemocionais no ensino fundamental: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300092, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Competências para vida: trilhando caminhos de cidadania**. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2024**, Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Adolescent health and development**. 19 out. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.